

**CONCORRÊNCIA NACIONAL ELETRÔNICA Nº 20260002**  
**PROCESSO Nº 29001.000510/2026-04**  
**USAG: 943001**  
**NÚMERO COMPRASNET: 95051/2026**

A **SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS – SRH**, por intermédio da Comissão Central de Contratação – CCC, designada por ato do Governador do Estado pelo Decreto nº 35.422, de 10 de maio de 2023, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma eletrônica.

**1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA**

1.1. O critério de julgamento será o de Técnica e Preço por item, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

1.2. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

1.3. Não haverá a etapa de lances.

**2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA**

2.1. O regime de execução indireta se dará por Empreitada por Preço Global.

**3. DA BASE LEGAL**

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014; Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**4. OBJETO**

4.1. O objeto da licitação é a prestação de serviços de supervisão das obras da Barragem Boa Vista dos Parentes, no município de Senador Pompeu - Ce, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4.2. A licitação será realizada por item conforme tabela constante do Termo de Referência.

**5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos *sítios* [www.portalcompras.ce.gov.br](http://www.portalcompras.ce.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pela Comissão Central de Contratação.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022 publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A Comissão de Contratação atende pelo telefone (85) 3125-9399 e 3125-959 e pelo e-mail [ccc@pge.ce.gov.br](mailto:ccc@pge.ce.gov.br).

**6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME**

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **12/05/2026**

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **02/07/2026, às 10h 30min.**

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **02/07/2026, às 10h 30min.**

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e

oito horas) a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

## **7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES**

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811- 520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e de 14h às 18h.

## **8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.2.1. Gestão/Unidade: 29100005;

8.2.2. Fonte de Recursos: 00;

8.2.3. Programa de Trabalho: 342;

8.2.4. Elemento de Despesa: 449039.

## **9. DA PARTICIPAÇÃO**

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

## **9.5. Não poderão disputar esta licitação:**

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.



9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.3.1. O impedimento de que trata este subitem será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. A vedação é estendida a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.5.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele necessários;

9.5.12. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

9.5.12.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

9.5.13. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5.14. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de

recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões da Comissão, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, a Comissão poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [ccc@pge.ce.gov.br](mailto:ccc@pge.ce.gov.br), até as 23h59min do prazo citado no subitem 10.1, com a informação do nº da Concorrência, o órgão ou entidade promotor da licitação e a Comissão responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## **11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.864.677,26 (três milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e seis centavos), conforme os custos unitários apostos na tabela constante no Anexo I – Termo de Referência.

## **12. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

12.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

12.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.3.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;



II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.3.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.3.4.

12.3.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 quando for o caso.

12.3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

12.4. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.5. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os itens 12.3.1 ao 12.3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste Edital;

12.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase de apresentação de propostas.

12.8. Após o julgamento das propostas, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da convocação da Comissão, os documentos de habilitação.

12.9. Aberta a sessão pública, não será permitida a substituição das propostas e documentos de habilitação ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 6º da Lei nº 14.133/2021. Permitido ainda, a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data prevista para o recebimento. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação.

12.9.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.9.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pela Comissão, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.9.3. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete à Comissão mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.8 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

### 13. DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os requisitos previsto no Termo de Referência.

13.1.1. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

#### **14. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante sob pena de desclassificação.

14.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta técnica e a proposta de preços anteriormente inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública.

14.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão e os licitantes.

14.4. Os licitantes apresentarão simultaneamente as propostas de técnica e de preço, observado o disposto no art. 33 e no § 1º do art. 36 da Lei Federal 14.133/2021.

14.5. Iniciada a sessão pública, a Comissão informará no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos deste edital.

14.5.1. Eventual postergação do prazo a que se refere este subitem deve ser comunicada tempestivamente pela Comissão, via sistema.

14.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.7. O licitante concorrerá com o valor de sua última proposta apresentada até a abertura da sessão pública.

14.8. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

14.9. Para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.9.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.9.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.9.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.9.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.10. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

14.10.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

14.10.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

14.10.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.10.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.11. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.11.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.11.2. Empresas brasileiras;

14.11.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.11.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.12. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, via sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024-Plenário.



14.12.1. Na impossibilidade do sorteio via sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.13. Encerrada a etapa de análise das propostas os licitantes serão convocados pela comissão para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, anexar no sistema da realização do certame o comprovante de recolhimento da garantia de propostas.

14.13.1. Somente poderão apresentar proposta readequada os licitantes que tenham recolhido, **no prazo de até o dia da data da abertura do certame**, quantia a título de garantia de proposta **correspondente à 1% (um por cento) do valor total estimado da licitação, orçado pela CONTRATANTE**, sendo tal exigência considerada como requisito de **PRÉ-HABILITAÇÃO**, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021 c/c o art. 34 do Decreto 35.067/2022. A referida garantia será prestada em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da referida lei, conforme § 4º do já citado art. 58.

14.13.2. As propostas de preços apresentadas por licitantes que não tenham efetuado o recolhimento da garantia de que trata o item 14.13.1, serão consideradas automaticamente desclassificadas do certame.

14.13.3. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, conforme art. 58, §2º da Lei nº 14.133/2021.

14.13.4. A validade da garantia da proposta não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias prorrogável até a assinatura do contrato.

14.13.5. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação, conforme art. 58, §3º da Lei nº 14.133/2021.

14.13.6. Adotada a modalidade caução em dinheiro, o licitante transferirá para a Administração o valor correspondente ao estabelecido no item 14.13.1, mediante recebimento de comprovante, que será restituída no prazo estabelecido no item 14.13.3, atualizada monetariamente.

14.14. Encerrado o prazo estabelecido no subitem 14.13, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

14.14.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.14.3. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

14.15. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I Termo de Referência.

14.16. A Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável uma vez por igual período na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, enviar a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos seguintes documentos complementares:



14.16.1. O licitante deverá anexar no sistema junto à proposta de preços: CARTA PROPOSTA CONFORME ANEXO II; PLANILHAS DE QUANTIDADES E PREÇOS E SUAS COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS; PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DA TAXA DE BDI; PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS TRABALHISTAS E SOCIAIS E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO ASSINADOS POR UM PROFISSIONAL COMPETENTE.

14.17. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

## 15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.5 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC)CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condições de participação.

15.5. As decisões da Comissão se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.16 deste edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Comissão verificará se faz jus ao referido benefício.

15.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

### 15.11. Será desclassificada a proposta que:

- 15.11.1. Contiver vícios insanáveis;
- 15.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no *termo de referência*.
- 15.11.3. Apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo ao definido para a contratação. No caso de agrupamento de itens, a proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração.
- 15.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 15.11.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos desde que insanável;
- 15.12. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.
- 15.13. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.
- 15.14. Serão consideradas presumivelmente inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração independentemente do regime de execução observado o disposto no item 15.14.1.
- 15.14.1. A inexecutabilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:
- I – Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - II – Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 15.15. A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e em caso de empreitada por preço unitário, se dará em razão dos custos unitários se encontrarem superiores aos orçados pela Administração, conforme planilha anexa ao edital;
- 15.16. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 15.16.1. A garantia adicional será apresentada no mesmo prazo e condições da garantia contratual conforme disposto no subitem 6.2 do Termo de Referência.
- 15.17. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 15.18. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora admitida a utilização dos preços unitários, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 15.19. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observada as regras e condições previstas no *Anexo I – Termo de Referência*.
- 15.20. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela *banca designada*.
- 15.21. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NPT), de acordo com os parâmetros definidos no *Anexo I – Termo de Referência*.



15.22. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas, a Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

15.23. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NPP), de acordo com os parâmetros definidos no Anexo I – *Termo de Referência*.

15.24. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com os parâmetros definidos no Anexo I – *Termo de Referência*.

15.25. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 14.5 e 14.5.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

## 16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no subitem 9.4 do Anexo I – *Termo de Referência*, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pela Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

16.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação e inabilitação, respectivamente, a declaração de que trata o subitem 12.3.1 e 12.3.4 deste edital.

16.7. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.8. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, a Comissão reputará o licitante inabilitado.

16.9. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.10. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pela Comissão.

16.10.1. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

16.11. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, nos termos do Anexo VI – Modelo do Termo de Atestado de Vistoria, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

16.12. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horários exclusivos, a ser agendada pelo e-mail: [licitacao@srh.ce.gov.br](mailto:licitacao@srh.ce.gov.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

16.13. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação nos termos do Anexo VII– Modelo do Termo de Declaração de Renúncia à Vistoria.

16.14. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria

16.15. A realização de vistoria prévia será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08 h às 16:30 h.

## 17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão da Comissão importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no site eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.3.2. A apreciação dar-se-á em fase única.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para o melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um link no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre à Comissão e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

## 18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.12.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.13. O licitante recolherá a multa por meio de depósito bancário, podendo ser substituído por outro instrumento legal em nome da entidade contratante, se não o fizer será cobrada em processo de execução.

## **19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

## **20. DA CONTRATAÇÃO**

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito pela Administração.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023 e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia de execução, na forma estabelecida no item 6.2, do Termo de Referência ou do Projeto Básico.

20.3. Na hipótese de sociedades Empresárias Estrangeiras, estas deverão apresentar, conforme o caso, o registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da contratação, conforme §7º do art. 67 da Lei 14.133/2021.



20.4. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

20.5. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital ou se recusar a assinar o contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, poderá ser convidado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.6. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, sanções, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso nos Anexos I e VIII Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

## **20.7. Da Subcontratação**

20.7.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 6.1 do Termo de Referência.

## **20.8. Da Garantia contratual**

20.8.1. Será exigida garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente do resultado ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pela Comissão mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

21.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada à Comissão ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pela Comissão ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida o licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, nos termos da legislação pertinente.

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO I.1 – Estudos Técnicos Preliminares – ETP

ANEXO I.2 – Justificativa dos Preços Adotados e Orçamento

ANEXO I.3 – Cronograma Físico-financeiro

ANEXO I.4 – Benefício e Despesas Indiretas – BDI (DNIT)

ANEXO I.5 – Especificações Técnicas

ANEXO I.5.1 – Atividades de Supervisão

ANEXO I.5.2 – Plano de Segurança de Barragens – Conteúdo Mínimo

ANEXO I.6 – Ficha Técnica Barragem Boa Vista dos Parentes

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Critérios de Pontuação das Propostas Técnicas

ANEXO IV – Diretrizes para Elaboração da Proposta Técnica

ANEXO V – Critérios de Julgamento da Proposta Técnica

ANEXO VI – Modelo do Termo de Atestado de Vistoria

ANEXO VII – Modelo do Termo de Declaração de Renúncia à Vistoria

ANEXO VIII – Minuta do Termo de Contrato

**Fortaleza/CE, 29 de abril de 2026.**

**RAMON FLAVIO GOMES RODRIGUES**

Ordenador de Despesa

**Aprovado:**

**RICARDO VERAS PAZ**

Assessoria Jurídica



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**UNIDADE REQUISITANTE:** COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DOS RECURSOS HÍDRICOS – COINF/SRH.

### 1. DO OBJETO

1.1. Serviços de supervisão das obras da Barragem Boa Vista dos Parentes, no município de Senador Pompeu - Ce, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, do tipo TÉCNICA E PREÇO, sob regime de execução indireta: Empreitada por Preço Global.

### 2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL ESTIMADO
1	Serviços de Supervisão das Obras da Barragem Boa Vista dos Parentes, no município de Senador Pompeu - Ce.	UNID.	1	R\$ 3.864.677,26

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

### 3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 18 (dezoito) meses, contado da publicação no Diário Oficial do Estado - DOE, e o prazo de execução do objeto contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da ordem de serviço ou instrumento equivalente, na forma do art. 105 c/c art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração permitida a negociação com o CONTRATADO.

### 4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico do ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, anexado a este Termo.

### 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, anexado a este Termo.

### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 6.1. Subcontratação

6.1.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

6.1.1.1. É vedada a subcontratação integral ou da parcela principal da obrigação.

6.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.1.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.1.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6.2. Garantia contratual**

6.2.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, que deverá ser prestada até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato.

6.2.1.1. Adotada a modalidade seguro-garantia, prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentá-la no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo de 1(um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme § 3º do mesmo artigo supra referido.

6.2.2. Utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

6.2.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 6.2.6, deste Termo.

6.2.5. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.2.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.2.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

III - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

6.2.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 6.2.7, observada a legislação que rege a matéria.

6.2.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco Bradesco S.A., com correção monetária.

6.2.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado



pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

6.2.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

6.2.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.2.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificado.

6.2.14. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.2.15. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.2.16. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.2.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.2.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

6.2.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo.

## **7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. O prazo de execução do objeto contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da primeira ordem de serviço ou instrumento equivalente.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **7.2. Condições de Execução**

7.2.1. A Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, deverão ser executados conforme detalhado no ANEXO I.1 – Estudos Técnicos Preliminares – ETP e ANEXO I.5 – Especificações Técnicas, apêndice ao ANEXO I – Termo de Referência deste Edital.

7.2.2. Para a execução do serviço será obedecido ao ANEXO I.3 - Cronograma físico-financeiro e o ANEXO I.5 – Especificações Técnicas, apêndice ao ANEXO I – Termo de Referência deste Edital.

7.2.3. Para a execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar os materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades promovendo sua substituição quando necessário conforme detalhado no ANEXO I.2 – Justificativa dos Preços Adotados e Orçamento e no ANEXO I.5 - Especificações Técnicas, apêndice ao ANEXO I – Termo de Referência deste Edital.

7.2.4. Especificação da garantia do serviço

7.2.4.1. O prazo de garantia dos serviços será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo do objeto.

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

## 9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 9.1. Do Rito da Avaliação

9.1.1. A primeira etapa para a seleção do executor deste certame se trata de uma fase classificatória, de avaliação de Técnica e Preço. Posteriormente, ocorrerá a fase eliminatória, para avaliar a Proposta de Preços e da Habilitação Jurídica e Técnica da empresa ou consórcio. O licitante que obtiver a maior Nota Final na primeira fase e for habilitado na fase eliminatória se caracteriza como o vencedor.

### 9.2. Da Fase Classificatória

9.2.1. Nessa primeira fase serão julgadas as propostas de técnica conjugadas às propostas de preço, com Nota Final de 70% para técnica, e 30% para preço.

9.2.2. A Proposta Técnica será avaliada e pontuada de acordo com os seguintes critérios objetivos para os quais a Nota Técnica obtida será de até 100 pontos:

**Quadro 1 – Critérios de pontuação**

Item	Critério	Quant. Máx.	Pontuação p/ Atestado	Pontuação Total
(a)	<b>Experiência específica relevante da Empresa em relação a tarefa</b>			<b>50</b>
a.i	Tipo 1: serviços de supervisão/fiscalização de barragens de terra/mista/concreto, com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm <sup>3</sup>	5	5	25
a.ii	Tipo II: Elaboração de projetos de barragens de terra/mista/concreto, com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm <sup>3</sup>	5	5	25



<b>(b)</b>	<b>Qualificações e Competência dos profissionais essenciais para a tarefa (Equipe Chave):</b>			<b>30</b>
b.i	Engenheiro Sênior (Coordenador) - Comprovação do profissional com tempo de formado igual ou superior a 15 anos, que comprove experiência através de CAT com atestado, sua participação em contratos de Supervisão/Fiscalização de Barragens de terra/mista/concreto com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm <sup>3</sup>	5	2,5	12,5
	Titulação	Doutorado / Mestrado		5
b.ii	Consultor Especial – Sênior – Comprovação do profissional com tempo de formado igual ou superior a 15 anos, que comprove experiência através de CAT com atestado, sua participação em contratos de Supervisão/Fiscalização de Barragens de terra/mista/concreto com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm <sup>3</sup>	3	2,5	7,5
	Titulação	Doutorado / Mestrado		5
<b>(c)</b>	<b>Enfoque Técnico</b>			<b>20</b>
c.i	Metodologia			20
<b>Total de Pontos</b>				<b>100</b>

9.2.2.1. A Nota da Proposta Técnica mínima (NPT) requerida para se qualificar é 70 pontos. A licitante que zerar a totalidade de qualquer dos critérios (a), (b) e (c) será desclassificada. A metodologia de pontuação será a seguinte:

**(a) Experiência específica relevante da Empresa Consultora em relação a tarefa.**

Será avaliada a experiência anterior da Empresa Consultora na execução dos seguintes tipos de serviços de consultoria, os quais estão relacionados de acordo com a ordem de relevância com que serão considerados, em contratos, comprovados através de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitidos por pessoa física ou jurídica, reconhecidos pelo CREA ou CAU onde conste seu nome como Contratada, sob sua responsabilidade:

**Tipo I:** serviços de supervisão/fiscalização de barragens de terra/mista/concreto, com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm<sup>3</sup>:

- 05 (cinco) pontos por contrato, máximo de 25 (vinte e cinco) pontos.

**Tipo II:** Elaboração de projetos de barragens de terra/mista/concreto, com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm<sup>3</sup>:

- 05 (cinco) pontos por contrato, máximo de 25 (vinte e cinco) pontos.

**(b) Qualificações e Competência dos profissionais essenciais para a tarefa (Equipe Chave):**

(b.i) Engenheiro Sênior (Coordenador) - Comprovação do profissional com tempo de formado igual ou superior a 15 anos, que comprove experiência através de CAT com atestado, sua participação em contratos de Supervisão de Barragens de terra/mista/concreto com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm<sup>3</sup>:

- 2,5 (dois vírgula cinco) pontos por contrato, máximo de 12,5 (doze vírgula cinco) pontos;

- Titulação: Mestrado/Doutorado, 05 (cinco) pontos.

(b.ii) Consultor Especial – Sênior – Comprovação do profissional com tempo de formado igual ou superior a 15 anos, que comprove experiência através de CAT com atestado, sua participação em contratos de Supervisão de Barragens de terra/mista/concreto com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm<sup>3</sup>.

- 2,5 (dois vírgula cinco) pontos por contrato, máximo de 7,5 (sete vírgula cinco) pontos;

- Titulação: Mestrado/Doutorado, 05 (cinco) pontos.

**(c) Enfoque Técnico**

(c.i) Metodologia

Para o julgamento da METODOLOGIA, serão obedecidos os seguintes critérios a seguir:

Ótimo 100% do quesito (20 pontos): Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente, além de atender integralmente às condições estabelecidas no Termo de Referência, apresentou proposições técnicas adicionais e demonstravelmente superiores ao mínimo exigido, evidenciando domínio aprofundado dos aspectos específicos da supervisão de barragens de terra/mista/concreto com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro. Para enquadramento neste conceito, a proposta deverá conter, cumulativamente: (i) metodologia de supervisão com detalhamento das rotinas de inspeção, instrumentação e monitoramento além do previsto no TR; (ii) protocolos próprios de atuação para cenários de anomalia, alerta e emergência referenciados às normas aplicáveis (SNISB, Resolução ANA nº 236/2021 e Plano de Segurança da Barragem); (iii) proposta de indicadores de desempenho mensuráveis para acompanhamento da execução contratual; e (iv) organograma funcional com definição clara de responsabilidades e fluxos de decisão da equipe técnica. A nota máxima pressupõe que as proposições adicionais sejam tecnicamente fundamentadas e coerentes com as características da Barragem Boa Vista dos Parentes, não sendo suficiente a mera declaração de intenções;

Bom 70% do quesito (14 pontos): Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente atendeu integralmente às condições estabelecidas no Termo de Referência e apresentou, de forma estruturada, ao menos um dos elementos adicionais listados no conceito Ótimo, demonstrando capacidade técnica superior ao mínimo exigido em ao menos um aspecto relevante da supervisão — seja na metodologia de inspeção, no tratamento de eventos críticos, no monitoramento ou na gestão da equipe —, sem, contudo, contemplar o conjunto completo de requisitos do nível Ótimo;

Regular 50% do quesito (10 pontos): Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente atendeu integralmente às condições mínimas estabelecidas no Termo de Referência, sem apresentar proposições adicionais ou diferenciais em relação ao exigido. O enquadramento neste conceito indica que a proposta é tecnicamente aceitável e suficiente para a execução dos serviços, porém limitada ao escopo mínimo requerido, sem evidências de abordagem metodológica que supere as expectativas do contratante;

Insuficiente 0% do quesito (0 pontos): Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proposta apresentou lacunas, erros técnicos ou omissões que comprometam a compreensão da metodologia proposta ou a adequação dos serviços ao objeto licitado, ainda que não impliquem desclassificação da proponente. Enquadram-se neste conceito exemplificativamente: ausência de detalhamento mínimo sobre os procedimentos de supervisão incompatibilidade entre a metodologia descrita e as características técnicas da barragem objeto do contrato; ou inconsistências internas na proposta que gerem dúvida sobre a capacidade de execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade requeridos.

9.2.3. A Nota da Proposta Técnica (NPT) será obtida a partir da soma das notas dos itens "(a)", "(b)" e "(c)".

9.2.4. O cálculo da Nota da Proposta de Preço (NPP) de cada proponente observará a fórmula a seguir:

$$NPP = 100 * (x1 / x2)$$

Onde:

NPP = Nota da Proposta de Preços de cada proponente;

x1 = Menor valor global proposto entre os licitantes classificados;

x2 = Valor global proposto pelo licitante classificado.

9.2.5. O cálculo da Nota Final dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das avaliações das propostas de técnica e de preço, conforme apresentado a seguir:



$$NF = (70\% * NPT) + (30\% * NPP)$$

Onde:

NF = Nota Final;

NPT = Nota da Proposta Técnica;

NPP = Nota da Proposta de Preços.

9.2.6. Após a análise das propostas de todos os licitantes, essas serão classificadas em ordem decrescente.

9.2.7. Observado o disposto, o licitante classificado em primeiro lugar será o que atingir a **MAIOR** Nota Final.

### 9.3. Fase Eliminatória

9.3.1. Após a fase classificatória, ocorrerá a fase eliminatória, que tem como base os critérios de aceitabilidade dos preços, habilitações e qualificações do licitante, especificados no edital.

#### Da habilitação

9.4. Para fins de **habilitação**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.4.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

9.4.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

#### Qualificação técnica

9.4.2. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 consistirá em:

#### Qualificação técnico-profissional

9.4.2.1. Comprovação de o licitante possuir como responsável técnico na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente,

detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico com registro de atestado, que comprove a execução de obras ou serviços de características técnicas semelhantes às do objeto da presente licitação.

9.4.2.1.1. A vinculação do profissional com o licitante, poderá ser comprovada por meio de relações de trabalho, contratos de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação futura do profissional. Essa declaração deverá ser acompanhada de declaração de anuência do profissional.

9.4.2.1.2. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo e certidão do conselho profissional competente, conforme o caso.

9.4.2.1.3. Não serão admitidos certidões ou atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos II e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.4.2.1.4. Para fins da comprovação de que trata o subitem 9.4.2.1, os atestados ou certidões deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto:

ITEM	SERVIÇOS	UNID
1	Supervisão/fiscalização de barragens de terra/mista/concreto, com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro.	hm³

Obs: Unidade corresponde ao volume de água acumulado no reservatório, conforme Anexo I.6 Ficha Técnica Barragem Boa Vista dos Parentes.

#### Qualificação técnico-operacional

9.4.2.2. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao conselho profissional competente, da localidade da sede do licitante, em plena validade;

9.4.2.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente.

9.4.2.3.1. Para fins da comprovação de que trata o subitem 9.4.2.3, os atestados ou certidões deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto:

ITEM	SERVIÇOS	UNID	QUANT. MÍNIMA	PERCENTUAL (%) DA QUANT. TOTAL ESTIMADA
1	Supervisão/fiscalização de barragens de terra/mista/concreto, com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro.	hm³	2,5	50%

Obs: Unidade corresponde ao volume de água acumulado no reservatório, conforme Anexo I.6 Ficha Técnica Barragem Boa Vista dos Parentes.

9.4.2.3.2. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, serão admitidos o somatório de diferentes atestados executados, inclusive concomitantes.

#### Habilitações fiscal, social e trabalhista

9.4.3. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

9.4.3.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.4.3.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.3.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.3.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.4.3.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.4.3.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.4.3.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.3.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

9.4.3.9. Os documentos enumerados no subitem 9.4.3, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 9.4.3.3, 9.4.3.4 e 9.4.3.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

9.4.3.10. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

9.4.3.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.4.3.12. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

9.4.3.13. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

9.4.3.14. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

#### **Habilitação econômico-financeira**

9.4.4. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

9.4.5. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

9.4.5.1. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar sua regularidade e viabilidade econômico-financeira mediante a apresentação de, ao menos, um dos seguintes documentos: decisão judicial que reconheça a situação de recuperação judicial; plano de recuperação em execução; demonstrações contábeis atualizadas; e, quando aplicável, prestação de garantias adicionais ou substitutivas, na forma prevista neste edital e em Lei.



9.4.6. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.4.6.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.4.6.2. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício conforme dispõe o art. 69, § 6º da Lei nº 14.133/2021.

9.4.6.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme disposto no art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021.

9.4.6.4. Tratando-se de pessoas jurídicas submetidas à Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), admite-se a apresentação da ECD, em observância à data limite definida nas Normas da Secretaria da Receita Federal.

9.4.7. Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor (estimado da contratação ou da proposta readequada).

9.4.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

9.4.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura conforme dispõe o art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021.

## 10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

### 10.1. Recebimento do Serviço

10.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de até 15 (quinze) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

10.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

10.1.3. Não atendido o disposto no item 12.5 deste termo, caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

10.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à

fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

10.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

10.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

10.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, das inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 10.2. Liquidação

10.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

10.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 9.4.3 deste Termo.

10.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### 10.3. Prazo de pagamento

10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

10.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização mediante aplicação do *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA* de correção monetária, pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 - 1] \times VP,$$

NA QUAL:

AF = Atualização Financeira;

IPCA = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

### 10.4. Forma de pagamento

10.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

10.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



10.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **10.5. Antecipação de pagamento**

10.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

#### **11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

11.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

11.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

11.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

11.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

11.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

11.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

11.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

12.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

Documento assinado eletronicamente por: RAMON FLAVIO GOMES RODRIGUES em 29/04/2026, às 14:22 RICARDO VERA PAZ em 29/04/2026, às 14:07 (horário local do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 7996-0D3F-4DA8-0F0C.

12.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

12.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021;

12.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência do contratado, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 121 caput e § 1º da Lei nº 14.133/2021;

12.8.1. Guia Nacional de Contratações e outros fundamentos

12.9. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.

12.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

12.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

12.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislações específicas.

12.13.1. Comprovar, na forma do subitem 12.3.4.1 do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

12.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

12.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e

utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

12.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.19. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.20. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

12.21. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

12.22. Ceder ao contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização.

12.22.1. Considerando que o projeto contratado se refere a serviço imaterial de caráter tecnológico insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação do serviço.

### 13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

13.2.1. Gestão/Unidade: 29100005;

13.2.2. Fonte de Recursos: 00;

13.2.3. Programa de Trabalho: 342;

13.2.4. Elemento de Despesa: 449039.

### 14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar – ETP

ANEXO I.2 – Justificativa dos Preços Adotados e Orçamento

ANEXO I.3 – Cronograma Físico-financeiro

ANEXO I.4 – Benefício e Despesas Indiretas – BDI (DNIT)

ANEXO I.5 – Especificações Técnicas

ANEXO I.5.1 – Atividades de Supervisão

ANEXO I.5.2 – Plano de Segurança de Barragens – Conteúdo Mínimo

ANEXO I.6 – Ficha Técnica Barragem Boa Vista dos Parentes





## ANEXO I.1 – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINARE – ETP

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A supervisão de obras de barragem, como a da barragem Boa Vista dos Parentes, é uma atividade essencial para assegurar que as obras sejam executadas conforme os projetos e especificações técnicas estabelecidas, dentro dos prazos e custos previstos, e em conformidade com as normas de segurança, ambientais e de qualidade.

1.2. Barragens de Terra, envolve a execução de obras de engenharia com certa complexidade. Essas estruturas exigem monitoramento constante para garantir a conformidade com as especificações técnicas e para lidar com eventuais ajustes que possam ser necessários durante a execução.

1.3. A supervisão técnica é vital para assegurar que todos os materiais, equipamentos e procedimentos utilizados nas obras atendam aos padrões de qualidade exigidos. Isso inclui a verificação de ensaios de materiais, controle tecnológico do concreto e as verificações geométricas das obras.

1.4. A supervisão das obras também garante que todas as normas de segurança do trabalho sejam rigorosamente seguidas, evitando acidentes e assegurando um ambiente de trabalho seguro para todos os envolvidos. Além disso, garante o cumprimento das exigências ambientais e das licenças concedidas pelos órgãos competentes.

1.5. A supervisão assegura o cumprimento dos prazos estabelecidos, monitorando o progresso das obras e propondo medidas corretivas quando necessário. Além disso, realiza o controle e aprovação de medições mensais assegurando que o investimento público seja utilizado de maneira eficiente.

### 2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.1. Diante das características do objeto e da indisponibilidade de equipe técnica disponível nesta secretaria, temos como opção a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de supervisão das obras da Barragem Boa Vista dos Parentes, localizada no município de Senador Pompeu - Ce.

2.2. Quanto aos serviços necessários e serem prestados e qualificação da empresa vamos dispor abaixo.

#### Serviços a Serem Prestados:

- Acompanhamento técnico da execução das obras.
- Verificação da conformidade com os projetos executivos.
- Controle da qualidade dos materiais e serviços empregados.
- Monitoramento de cronograma e controle de medições.
- Gestão de riscos e solução de conflitos técnicos.
- Elaboração de relatórios periódicos sobre o andamento das obras.
- Fiscalização do cumprimento das normas ambientais e de segurança do trabalho.

### Qualificações da Empresa Contratada:

- Experiência comprovada em supervisão de obras de Barragens de Terra, conforme deverá constar no Edital de contratação e Termo de Referência.
- Corpo técnico qualificado, com engenheiros especializados nas áreas de civil, hidráulica, mecânica, ambiental e de segurança do trabalho, conforme deverá ser solicitado no Edital de contratação e Termo de Referência.
- Capacidade para emitir relatórios técnicos detalhados e de alta qualidade, conforme será solicitado no Edital de contratação e Termo de Referência.

### 3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. Informamos que para realizar o orçamento para o serviço em análise, a proposta foi feita através de pesquisa de preços utilizando como fonte a **Tabela de Preços de Consultoria do DNIT mês de referência de outubro de 2025**.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. O objeto é a contratação de serviços de supervisão e acompanhamento das obras da Barragem Boa Vista dos Parentes.

4.2. O trabalho de supervisão tem a função de auxiliar na fiscalização, para que os serviços sejam executados conforme o projeto.

4.3. A Construção da Barragem Boa Vista dos Parentes é uma reivindicação antiga da população local, em virtude da necessidade de um reservatório que acumulasse água no período chuvoso, que se concentra entre os meses de janeiro a junho.

4.4. Logo, o principal objetivo da construção da Barragem Boa Vista dos Parentes, é para dessedentação humana e animal, podendo vir a contribuir na oferta d'água necessária a atividades como a agricultura e, outras atividades econômicas possibilitadas pelo acesso à água.

4.5. O Ceará, em particular, enfrenta desafios significativos relacionados à escassez de água. A construção de uma obra de infraestrutura hídrica, como açudes e sistemas de irrigação, é uma estratégia comum para lidar com a falta de água. Além disso, programas de conscientização sobre o uso eficiente da água e a implementação de tecnologias sustentáveis são fundamentais para enfrentar a escassez hídrica.

4.6. O aprimoramento do fornecimento de água para diversas finalidades é uma ação essencial para o progresso regional. Dentro desse cenário, a implementação de barragens não apenas se configura como uma alternativa para lidar com as secas recorrentes, mas também como uma estratégia de convivência com essa condição desafiadoras, visando melhorar as circunstâncias adversas.



## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

SUPERVISÃO DAS OBRAS DA BARRAGEM BOA VISTA DOS PARENTES, NO MUNICÍPIO SENADOR POMPEU - CE							
PRODUTOS / RELATÓRIOS							
SEGMENTOS DOS SERVIÇOS		QUANTIDADE	FREQUÊNCIA	UNIDADE	PERCENTUAL (%)	VALORES (R\$)	BDI (%)
1	RELATÓRIO DE SITUAÇÃO E PLANO DE TRABALHO	1,00	INÍCIO DO CONTRATO	RELATÓRIO	2,55%	67.913,49	45,11%
2	RELATÓRIO DE ANDAMENTO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DAS ATIVIDADES	12,00	MENSAL	RELATÓRIO	36,80%	980.044,92	45,11%
3	RELATÓRIO DE PLANEJAMENTO, MEDIÇÕES, CONTROLE FÍSICO-FINANCEIRO E GEOMÉTRICO	12,00	MENSAL	RELATÓRIO	33,73%	898.322,40	45,11%
4	RELATÓRIO AMBIENTAL, GEOLÓGICO, ARQUEOLÓGICO/PALEONTOLÓGICO, SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL	12,00	MENSAL	RELATÓRIO	19,50%	519.338,48	45,11%
5	RELATÓRIO FINAL E AS BUILT	5,00	FIM DO CONTRATO	RELATÓRIO	3,32%	88.428,71	45,11%
6	RELATÓRIO DO PLANO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS	4,00	FIM DO CONTRATO	RELATÓRIO	4,10%	109.184,24	45,11%
SUBTOTAL		46,00			100,000%	2.663.274,25	

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor da contratação está estimado em R\$ 3.864.677,26 (três milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e seis centavos).

## 7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. A prestação do serviço destinado a atender a demanda das atividades será dividida em 12 (doze) meses, prazo estipulado para sua execução, não sendo necessário o parcelamento dos pagamentos que será conforme a entrega mensal dos relatórios dos serviços.

## 8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1. Para contratação do objeto não haverá contratações correlatas, como também não se torna necessário contratações interdependentes, pois a contratação engloba os serviços necessários ao acompanhamento das obras da barragem Boa Vista dos Parentes.

## 9. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. As metas e atividades destinada a atender a demanda está vinculada ao Orçamento da Secretaria com recursos do Tesouro Estadual. Tal instrumento de planejamento utiliza de séries históricas para realizar a previsão da demanda necessária à manutenção das atividades desenvolvidas. O objeto do presente instrumento encontra-se previsto no PPA - Plano Plurianual – 2024 a 2027. A referida contratação busca consolidar a fiscalização do objeto em questão que o órgão ou entidade pretende realizar.

## 10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Executar atividade contida no Plano Plurianual – PPA para o período de 2024 a 2027, auxiliando a SRH na execução da obra da barragem Boa Vista dos Parentes, no seu planejamento acompanhamento físico-financeiro e supervisão de todas as etapas exigidas desde o início até a sua conclusão, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

11.1. Providências específicas a serem adotadas pela administração previamente a celebração do contrato:

- a) A SRH analisará as propostas técnicas e financeiras das Licitantes, no qual serão analisadas conforme estará disposto no processo de licitação;
- b) A SRH nomeará o Gestor e os membros da Comissão de Fiscalização do contrato que irão acompanhar os serviços realizados pela futura empresa Contratada;
- c) O desempenho técnico-operacional da SUPERVISÃO em suas áreas de atuação serão avaliados mensalmente por Comissão de Fiscalização da Contratante, composta por técnicos de notória especialização e adequada qualificação que elaborará relatórios conclusivos a serem encaminhados aos agentes financiadores e órgãos de controle.

## **12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

12.1. A SUPERVISÃO acompanhará e fiscalizará a obra de construção da Barragem Boa Vista dos Parentes, como possíveis riscos ambientais:

- a) Supressão da vegetação nativa para construção do equipamento que acompanhará;
- b) Acompanhar os processos para obtenções das licenças ambientais;
- c) Geração de resíduos sólidos durante a construção da obra.

12.2. Medidas mitigadoras que podem ser adotadas para riscos ambientais:

- a) Exigir e mostrar medidas para a recomposição da vegetação nativa;
- b) Monitorar os prazos das licenças e as condicionantes caso haja;
- c) Fiscalizar e apoiar no descarte correto dos resíduos gerados em locais apropriados.

## **13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

13.1. O Art. 117 da Lei 14.133/2021 exige a designação, pela Administração, de representante para acompanhar e fiscalizar a execução das obras, facultando-se a contratação de empresa supervisor para assisti-lo.

13.2. Ocorre que neste caso, a contratação dos serviços de supervisão da construção da barragem Boa Vista dos Parentes, é imprescindível para oferecer a Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará, o suporte técnico necessário e indispensável à fiscalização da referida obra. Este trabalho, auxilia o contratante a gerenciar a fase executiva do empreendimento, garantindo a maximização da qualidade da obra, a minimização dos custos para o padrão de qualidade esperado e o controle dos prazos de execução.

13.3. Assim, esta equipe de planejamento declara que este Estudo Detalhado serve como base para subsidiar uma possível contratação na modalidade Concorrência Eletrônica, viabilizando a possível contratação.

## ANEXO I.2 – JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS ADOTADOS E ORÇAMENTO

Para realizar o orçamento para o serviço em análise, a proposta foi feita através de pesquisa de preços utilizando como fonte a **Tabela de Preços de Consultoria do DNIT mês de referência de outubro de 2025**.

PLANILHA DE CUSTOS													
SUPERVISÃO DAS OBRAS DA BARRAGEM BOA VISTA DOS PARENTES, NO MUNICÍPIO SENADOR POMPEU - CE								DATA BASE: OUTUBRO/2025 DNIT - CONSULT.					
I. MÃO DE OBRA													
DESCRIÇÃO			Código	Unidade	Qtd	Prazo (meses)	Qtd Total (meses)	Preço Unitário (R\$/mês)	Preço Total (R\$)				
(A)	Pessoal				a	b	c=a*b	d	e=c*d				
A1 PROFISSIONAIS NÍVEL SUPERIOR													
Engenheiro Senior (Coordenador)			P8067	mês	1,00	6,00	6,00	1.479,07	188.874,42				
Engenheiro Pleno (Residente)			P8066	mês	1,00	12,00	12,00	2.731,80	327.741,60				
Engenheiro Júnior			P8065	mês	1,00	12,00	12,00	2.314,52	277.734,24				
Especialista em Meio Ambiente - Pleno			P8058	mês	1,00	6,00	6,00	27.630,64	165.783,84				
Arqueólogo / Paleontólogo - Pleno			P8196	mês	1,00	3,00	3,00	9.631,56	28.894,68				
Engenheiro Florestal - Pleno			P8069	mês	1,00	3,00	3,00	26.758,46	80.275,38				
Geólogo - Pleno			P8081	mês	1,00	3,00	3,00	26.740,63	80.221,89				
Consultor Especial - Sênior			P8060	mês	1,00	6,00	6,00	42.928,71	257.572,26				
Subtotal									1.407.098,31				
A2 PROFISSIONAIS NÍVEL MÉDIO													
Inspetor de Campo (Técnico de Obra)			P8147	mês	1,00	12,00	12,00	7.126,18	85.514,16				
Técnico de Meio Ambiente (Programa de Educação Ambiental)			P8143	mês	1,00	6,00	6,00	6.617,00	39.702,00				
Técnico Auxiliar de Arqueologia/Paleontologia			P8143	mês	1,00	3,00	3,00	6.617,00	19.851,00				
Técnico de Segurança do Trabalho			P8151	mês	1,00	6,00	6,00	9.309,38	55.856,28				
Projetista Cadista (Técnico em Geoprocessamento)			P8155	mês	1,00	12,00	12,00	6.445,47	77.345,64				
Topógrafo			P8163	mês	1,00	12,00	12,00	5.940,72	71.288,64				
Auxiliar de Topógrafo			P8028	mês	1,00	12,00	12,00	4.352,89	52.234,68				
Laboratorista			P8098	mês	1,00	12,00	12,00	5.764,85	69.178,20				
Subtotal									470.970,60				
A3 PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS													
Chefe de Escritório			P8038	mês	1,00	12,00	12,00	7.914,28	94.971,36				
Motorista de Veículo Leve			P8113	mês	2,00	12,00	24,00	5.216,53	125.196,72				
Auxiliar Serviços Gerais			P8025	mês	1,00	12,00	12,00	4.365,52	52.386,24				
Subtotal									272.554,32				
TOTAL (A)									2.150.623,23				
B DESPESAS DE CUSTOS INDIRETOS													
DESCRIÇÃO	Código	Unidade	Qtd	Prazo (meses)	Qtd Mensal (h)		Custo Horário (R\$)		Qtd Total (meses)	Preço Unitário (R\$/mês)	Preço Total (R\$)		
					Operativo	Improdutivo	Operativo	Improdutivo					
B.1	VEÍCULOS		a	b	c	d	e	f	g=a*b	h=(e*f)+(d*f)	i=(g*h)		
Veículo leve - tipo hatch			E8889	mês	3,00	12,00	66,00	116,49	35,76	6,55	36,00	3.123,17	112.434,10
Veículo leve - tipo pick up 4x4			E8891	mês	1,00	12,00	66,00	116,49	79,47	23,99	12,00	8.039,62	96.475,38
Subtotal									208.909,48				
DESCRIÇÃO	Código	Unidade	Quantidade (pessoas)	Área Calculada (m²)	Preço Unitário (R\$/m² x mês)	Qtd Total (meses)	Preço Unitário (R\$/mês)	Preço Total (R\$)					
								a	b	c	d	e	f=d*e
B.2	IMÓVEIS												
Residencial			B8952	mês	14,00	12,41	49,02	12,00	8.516,73	102.200,82			
Subtotal									102.200,82				
DESCRIÇÃO	Código	Unidade	Quantidade (pessoas)	Preço Unitário (R\$/ocupante x mês)	Qtd Total (meses)	Preço Unitário (R\$/mês)	Preço Total (R\$)						
							a	b	c	d=a*b	e=c*d		
B.3	MOBILIÁRIO, DIVERSOS E INSTALAÇÕES												
Mobiliário Escritório			B8953	mês	10,00	481,81	12,00	4.818,10	57.817,20				
Mobiliário Residencial			B8954	mês	14,00	42,60	12,00	596,40	7.156,80				
Diversos Escritório			B8959	mês	10,00	197,10	12,00	1.971,00	23.652,00				
Diversos Residencial			B8960	mês	14,00	255,57	12,00	3.577,98	42.935,76				
Cesta das Instalações - Topografia			B8958	mês	5.831,58	12,00	5.831,58	69.978,96					
Subtotal									201.540,72				
TOTAL (B)									512.651,02				
TOTAL (A + B)									2.663.274,25				
BDI (45,11%)									1.201.403,01				
TOTAL GERAL									3.864.677,26				



**Planilha de Custos dos Produtos a Serem Desenvolvidos**

SUPERVISÃO DAS OBRAS DA BARRAGEM BOA VISTA DOS PARENTES, NO MUNICÍPIO SENADOR POMPEU - CE							
PRODUTOS / RELATÓRIOS							
SEGMENTOS DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	FREQUÊNCIA	UNIDADE	PERCENTUAL (%)	VALORES (R\$)	BDI (%)	VALOR TOTAL (R\$)
1 RELATÓRIO DE SITUAÇÃO E PLANO DE TRABALHO	1,00	INÍCIO DO CONTRATO	RELATÓRIO	2,55%	67.913,49	45,11%	98.542,27
2 RELATÓRIO DE ANDAMENTO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DAS ATIVIDADES	12,00	MENSAL	RELATÓRIO	36,80%	980.084,92	45,11%	1.422.200,23
3 RELATÓRIO DE PLANEJAMENTO, MEDIÇÕES, CONTROLE FÍSICO-FINANCEIRO E GEOMÉTRICO	12,00	MENSAL	RELATÓRIO	33,73%	898.322,40	45,11%	1.303.550,64
4 RELATÓRIO AMBIENTAL, GEOLÓGICO, ARQUEOLÓGICO/PALEONTOLÓGICO, SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL	12,00	MENSAL	RELATÓRIO	19,50%	519.338,48	45,11%	753.610,07
5 RELATÓRIO FINAL E AS BUILT	5,00	FIM DO CONTRATO	RELATÓRIO	3,32%	88.420,71	45,11%	128.309,29
6 RELATÓRIO DO PLANO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS	4,00	FIM DO CONTRATO	RELATÓRIO	4,10%	109.194,24	45,11%	158.451,77
<b>SUBTOTAL</b>	<b>46,00</b>			<b>100,000%</b>	<b>2.663.274,25</b>		<b>3.864.672,06</b>

Documento assinado eletronicamente por: RAMON FLAVIO GOMES RODRIGUES em 29/04/2026, às 14:22 RICARDO VASCONCELOS em 29/04/2026, às 14:07. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 7996-0D3F-4DA8-0F0C.

## ANEXO I.3 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

SUPERVISÃO DAS OBRAS DA BARRAGEM BOA VISTA DOS PARENTES, NO MUNICÍPIO SENADOR POMPEU - CE															
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FÍSICO-FINANCEIRO															
ITEM	PRODUTO	VALOR (R\$)	MESES												
				Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1	RELATÓRIO DE SITUAÇÃO E PLANO DE TRABALHO	98.549,27	FÍSICO	100%											
			FINANCEIRO	98.549,27											
2	RELATÓRIO DE ANDAMENTO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DAS ATIVIDADES	1.422.201,23	FÍSICO	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	
			FINANCEIRO	118.516,77	118.516,77	118.516,77	118.516,77	118.516,77	118.516,77	118.516,77	118.516,77	118.516,77	118.516,77	118.516,77	
3	RELATÓRIO DE PLANEJAMENTO, MEDIÇÕES, CONTROLE FÍSICO-FINANCEIRO E GEOMÉTRICO	1.303.555,64	FÍSICO	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	
			FINANCEIRO	108.629,64	108.629,64	108.629,64	108.629,64	108.629,64	108.629,64	108.629,64	108.629,64	108.629,64	108.629,64	108.629,64	
4	RELATÓRIO AMBIENTAL, GEOLÓGICO, ARQUEOLÓGICO, PALEONTOLÓGICO, SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL	753.612,07	FÍSICO	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	
			FINANCEIRO	62.801,01	62.801,01	62.801,01	62.801,01	62.801,01	62.801,01	62.801,01	62.801,01	62.801,01	62.801,01	62.801,01	
5	RELATÓRIO FINAL E AS BUILT	128.307,29	FÍSICO								20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
			FINANCEIRO								25.661,46	25.661,46	25.661,46	25.661,46	
6	RELATÓRIO DO PLANO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS	158.451,77	FÍSICO								25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	
			FINANCEIRO								39.612,94	39.612,94	39.612,94	39.612,94	
TOTAL MENSAL (R\$)					388.496,68	289.947,41	289.947,41	289.947,41	289.947,41	289.947,41	315.608,87	355.221,81	355.221,81	355.221,81	
TOTAL ACUMULADO (R\$)					388.496,68	678.444,09	968.391,51	1.258.338,92	1.548.286,33	1.838.233,74	2.128.181,15	2.443.790,02	2.799.011,83	3.154.233,64	3.509.455,45

Documento assinado eletronicamente por: RAMON FLAVIO GOMES RODRIGUES em 29/04/2026, às 14:22:14. O ato é válido por 14 dias, conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suíte.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 7996-0D3F-4DA8-0F0C.

## ANEXO I.4 – BENEFÍCIO E DESPESAS INDIRETAS – BDI (DNIT)



**TABELA DE PREÇOS DE CONSULTORIA**  
**Benefícios e Despesas Indiretas - BDI**

Valores de referência para as taxas de BDI

Descrição das Parcelas		Valores	
Despesas Indiretas		% sobre PV	% sobre CD
Administração Central	Variável - f (CD)	6,89	10,00
Despesas Financeiras	1,17% sobre (PV - Lucro)	1,07	1,56
Riscos	0,50% do PV	0,50	0,73
Seguros e Garantias Contratuais	0,10% do PV	0,10	0,15
Subtotal 1		8,56	12,43
Benefícios		% sobre PV	% sobre CD
Lucro	Variável - f (CD)	8,27	12,00
Subtotal 2		8,27	12,00
Tributos		% sobre PV	% sobre CD
PIS	1,65% do PV	1,65	2,39
COFINS	7,60% do PV	7,60	11,03
ISSQN*	5,00% do PV	5,00	7,26
Subtotal 3		14,25	20,68
Total - BDI (%)		31,08	45,11

**Observação:** (\*) Limite máximo adotado de 5%, valor variável em função da legislação de cada município. As empresas licitantes deverão adotar as alíquotas pertinentes.



## ANEXO I.5 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### ANEXO I.5.1 – ATIVIDADES DE SUPERVISÃO

1.1. As atividades a serem exercidas pela Supervisão serão desenvolvidas nos Setores de Operações, de Planejamento e Controle, e de Administração e Apoio.

1.2. A Supervisora deverá ter um Coordenador e este será responsável pela chefia dos trabalhos a seu cargo, com capacidade para responder pelas partes técnica e administrativa do contrato, bem como para assumir a representação da empresa perante o Contratante em todo assunto tocante à execução dos serviços; deverá desempenhar suas funções até o encerramento do Contrato. A Contratada deverá manter, em caráter permanente, um Engenheiro Residente, que coordenará e responderá por toda equipe da Supervisora alocada, bem como pelas atividades desenvolvidas.

1.2.1. São funções da coordenação:

- a) Coordenar as equipes de campo a partir do escritório central da Supervisora na região do Projeto;
- b) Responder por todo o diálogo e tratativas com o Contratante;
- c) Responder por todas as informações requeridas pelo Contratante;
- d) Responder e acompanhar a constituição do arquivo de toda a documentação de fiscalização, a ser repassado ao Contratante durante e na conclusão dos serviços, contendo os registros dos controles tecnológicos, atas e todos os documentos que implicam na preservação da memória técnico-financeira da obra;
- e) Supervisionar a elaboração dos Relatórios de todos os segmentos dos serviços de supervisão;
- f) Supervisionar a elaboração de medição das obras;
- g) Supervisionar a elaboração do Relatório Final e dos desenhos de "As Built";
- h) Fornecer todos os dados adicionais acerca do andamento das obras, sempre que solicitado pelo Contratante.

1.3. A Área de Operações será responsável pelo acompanhamento direto dos serviços de campo e a supervisão da execução das obras, de forma a garantir o cumprimento fiel dos projetos executivos, das especificações técnicas, das normas e do contrato de construção.

Esta área, através de seus técnicos, deverá estar presente nos locais onde houver trabalhos de construção, relativos aos segmentos dos serviços de supervisão, em qualquer dia útil no horário normal ou em feriados, finais de semana, quando a programação das atividades construtivas exigir. Todos os serviços só poderão ser executados após a liberação e com a presença de um profissional responsável da Supervisão, que poderá também impedir ou suspender sua execução.

1.3.1. São atribuições específicas da Área de Operações:

- a) Verificar a locação das obras a ser feita pela Empreiteira, liberando-as para execução;
- b) Verificar o controle geométrico de todos os itens necessários na obra e liberá-los para execução;
- c) Acompanhar a coleta de amostras para todos os ensaios específicos;
- d) Acompanhar e fiscalizar os ensaios de campo a serem realizados pelas Empreiteiras;

- e) Manter rigoroso controle da qualidade dos serviços executados;
- f) Acompanhar todos os processos construtivos de todas as obras e serviços;
- g) Fazer cumprir rigorosamente, segundo especificações aprovadas, os processos de escavação e reaterro, verificar a eficiência das normas de segurança adotadas pela empresa contratada e sempre que fizer necessário, sanar qualquer risco que possa vir a causar danos físicos ou materiais;
- h) Fazer cumprir, rigorosamente, segundo especificações aprovadas, os processos de movimento de terra, compreendendo as escavações e aterros compactados, e sempre que necessário, pedir ensaios de solos a um laboratório especializado, por conta da Empreiteira;
- i) Verificar a qualidade do concreto, através da fiscalização e acompanhamento permanente das operações de dosagem, transporte e lançamento, zelando para que os traços empregados estejam de acordo com os estabelecidos por laboratórios especializados, de responsabilidade da Empreiteira;
- j) Se responsabilizar pelas informações necessárias para a elaboração dos Relatórios associados a cada segmento dos serviços de supervisão;
- k) Anotar no "Diário de Obras" as observações convenientes e a situação geral da obra, que fará parte do arquivo técnico, inclusive os desenhos de como-construído ("As Built"), a ser entregue oficialmente ao final da mesma;
- l) Realizar os ajustes do projeto às condições específicas de campo, reformulando-o quando necessário e a critério da Fiscalização;
- m) Cumprir as demais atribuições elencadas no Contrato e Especificações Técnicas das Obras do Projeto.

1.4. Caberá à Área de Planejamento e Controle, o acompanhamento dos cronogramas físicos e financeiros da execução das obras e do monitoramento e controle da qualidade dos serviços de supervisão.

1.4.1. Esta área deverá informar a Contratante, sempre que solicitado e também nos relatórios mensais de progresso, o preciso andamento de todos os serviços, o progresso e as percentagens de execução, a correta avaliação dos custos despendidos nas diversas fases das obras, o monitoramento e avaliação dos parâmetros e índices do controle da qualidade, tudo de acordo com o Contrato em vigor.

1.4.2. São atribuições específicas da Área de Planejamento e Controle:

- a) Organizar e manter atualizado o arquivo técnico do projeto;
- b) Controlar a execução da obra pelo Cronograma Físico-Financeiro, atualizando-o permanentemente;
- c) Entregar os Relatórios dos serviços de supervisão dos trabalhos executados pelas empreiteiras;
- d) Acompanhar e gerenciar o levantamento de insumos necessários para agilizar licenciamentos ambientais, casos existentes;
- e) Realizar todo o controle geométrico das Obras através de levantamentos topográficos de verificação e aferição das referências planialtimétricas e das dimensões definidas em Projeto;

- f) Realizar o controle tecnológico de solos e concreto através do acompanhamento de todos os ensaios procedidos pela Empreiteira;
- g) Efetuar os levantamentos de quantidades, pelos seus desenhos e listas de materiais, para efeitos de previsão e medições dos serviços de construção, efetivamente, executados;
- h) Elaborar, para efeito de pagamento, as medições mensais dos serviços executados para a implantação das obras, as quais devem ser submetidas e aprovadas pela Fiscalização da SRH;
- i) Supervisionar o recebimento dos materiais fornecidos pelas Empreiteiras;
- j) Monitorar o controle da qualidade dos bens adquiridos e/ou fornecidos pelas Empreiteiras;
- k) Monitorar o controle da qualidade dos serviços realizados pela Empreiteira.

1.5. São atribuições específicas da Área Administrativa:

- a) Organizar e controlar o fluxo de documentos da Supervisão;
- b) Organizar correspondência e arquivo da Supervisão;
- c) Supervisionar o controle de ponto de pessoal, para efeito de pagamentos em obediência à legislação trabalhista e previdenciária vigentes;
- d) Apoiar nas áreas administrativa e logística a Fiscalização da SRH;
- e) Supervisionar o controle das condições sanitárias e de segurança na obra.

1.6. Para a execução do serviço será obedecido o seguinte Cronograma:

ITEM	PRODUTOS/RELATÓRIOS	MESES											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	Relatório de Situação e Plano de Trabalho	X											
2	Relatório de Andamento e Acompanhamento Técnico das Atividades	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3	Relatório de Planejamento, Medições, Controle Físico-Financeiro e Geométrico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
4	Relatório Ambiental, Geológico, Arqueológico / Paleontológico, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
5	Relatório Final e As Built								X	X	X	X	X
6	Relatório do Plano de Segurança de Barragens									X	X	X	X

1.6.1. O item 1: Relatório de Situação e Plano de Trabalho, deverá ser protocolado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao término do primeiro mês de contrato;

1.6.2. Os Relatórios dos itens 2, 3 e 4 deverão ser entregues de modo contínuo ao longo dos 12 meses do prazo de execução, devendo ser protocolados até o dia 10 (dez) do mês subsequente;



1.6.3. O item 5: Relatório Final e As Built deverá ser entregue mensalmente ao longo dos últimos 5 (cinco) meses do prazo de execução;

1.6.4. O item 6: Relatório do Plano de Segurança de Barragens deverá ser entregue mensalmente ao longo dos últimos 4 (quatro) meses do prazo de execução, conforme Anexo I.5.2 - Plano de Segurança de Barragens - Conteúdo Mínimo;

1.7. Para a execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

#### 1.7.1 Equipe Chave

A supervisora deverá apresentar a seguinte Equipe Chave:

##### a) Campo de Atuação: 1 Coordenador Geral

Qualificações acadêmicas e experiências profissionais relevantes:

- Qualificação acadêmica: Engenharia Civil nível Sênior.
- Experiência profissional: Experiência em supervisão e/ou fiscalização de obras de barragem cuja comprovação deverá ocorrer através de atestados emitidos pela entidade profissional competente (CREA ou similar); Experiência em elaboração de projetos de barragem de terra, cuja comprovação deverá ocorrer através de atestados emitidos pela entidade profissional competente (CREA ou similar)

##### b) Campo de Atuação: 1 Engenheiro Residente

Qualificações acadêmicas e experiências profissionais relevantes:

- Qualificação acadêmica: Engenharia Civil nível Pleno.
- Experiência profissional: Experiência em supervisão e/ou fiscalização de obras de barragem cuja comprovação deverá ocorrer através de atestados emitidos pela entidade profissional competente (CREA ou similar); Experiência em elaboração de projetos de barragem de terra, cuja comprovação deverá ocorrer através de atestados emitidos pela entidade profissional competente (CREA ou similar).

##### c) Campo de Atuação: 1 Engenheiro Junior

Qualificações acadêmicas e experiências profissionais relevantes:

- Qualificação acadêmica: Engenharia Civil.
- Experiência profissional: Experiência em supervisão e/ou fiscalização de obras de barragem cuja comprovação deverá ocorrer através de atestados emitidos pela entidade profissional competente (CREA ou similar).

##### d) Campo de Atuação: 1 Especialista em Meio Ambiente

Qualificações acadêmicas e experiências profissionais relevantes:

- Qualificação acadêmica: Engenheiro Ambiental nível Sênior.
- Experiência profissional: Experiência em campanhas de educação ambiental, vinculados a obras de recursos hídricos, devidamente comprovados por atestados emitidos pelos órgãos competentes (CREA ou similar).

##### e) Campo de Atuação: 1 Arqueólogo / Paleontólogo:

Qualificações acadêmicas e experiências profissionais relevantes:

- Qualificação acadêmica: Arqueólogo / Paleontólogo com nível Pleno.
- Experiência profissional: Experiência comprovada em trabalhos reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN quanto aos serviços de consultoria no acompanhamento da execução de projetos visando a identificação e resgate de patrimônio Arqueológico e Paleontológico

##### f) Campo de Atuação: 1 Engenheiro Florestal

Qualificações acadêmicas e experiências profissionais relevantes:

- Qualificação acadêmica: Engenheiro Florestal nível Pleno.
- Experiência profissional: Possuir registro no Conselho e experiência comprovada em inventário florestal e plano de desmatamento racional com registro no IBAMA para cadastro no SINAFLOR.

##### g) Campo de Atuação: 1 Geólogo

Qualificações acadêmicas e experiências profissionais relevantes:

- Qualificação acadêmica: Geólogo nível Pleno.
- Experiência profissional: possuir registro no Conselho e experiência comprovada em trabalhos geológicos/geotécnicos, vinculados às obras de recursos hídricos, cuja comprovação deverá ocorrer através de atestados ou registros do (CREA).

**h) Campo de Atuação: 1 Consultor Especial**

Qualificações acadêmicas e experiências profissionais relevantes:

- Qualificação acadêmica: Engenheiro Civil ou Geólogo nível Sênior.
- Experiência profissional: possuir registro no Conselho e experiência comprovada em elaboração de projetos de barragens de terra, cuja comprovação deverá ocorrer através de atestados ou registros do (CREA);

**1.7.2 Equipe de apoio sugerida**

O pessoal de apoio - administrativo e técnico - necessário à completa execução dos serviços, bem como à aprovação e Responsabilidades Técnicas específicas, quando houver, será de responsabilidade exclusiva da Supervisora. Sugerem-se, contudo, os seguintes profissionais como integrantes da equipe de apoio:

- a) 01 Técnico de Obra (Inspetor de Campo);
- b) 01 Projetista/Cadista (Técnico em Geoprocessamento);
- c) 01 Técnico de Segurança do Trabalho;
- d) 01 Topógrafo;
- e) 01 Auxiliar de Topógrafo;
- f) 01 Laboratorista;
- g) 01 Técnico de Meio Ambiente
- h) 01 Técnico Auxiliar de Arqueologia/Paleontologia
- i) 01 Chefe de Escritório;
- j) 02 Motoristas;
- k) 01 Auxiliar de Serviços Gerais;

**1.8. O serviço a ser contratado tem como base as seguintes características:**

1.8.1. A Supervisora deverá manter nos serviços de supervisão, além do Coordenador Geral, do Engenheiro Residente, e da equipe de administração de apoio, a equipe e meios necessários para desenvolver as atividades de supervisão dos segmentos associados aos tipos de obras/serviços em implantação pelas empreiteiras.

1.8.2. A Supervisora, como representante credenciada do Contratante no canteiro de obras, terá sob a sua responsabilidade o cumprimento e obediência de todas as recomendações presentes nas Especificações de Obras do Projeto, bem como deverá executar os serviços de supervisão e acompanhamento das atividades relativas a Barragens de Terra e toda implantação física do projeto, abrangendo o planejamento, administração, fiscalização técnica e de produção, verificação de resultados, observância dos manuais das normas de higiene e segurança do trabalho, execução de acordo com os padrões de qualidade exigidos, zelando pela manutenção dos prazos, custos e condições estipuladas.

## ANEXO I.5.2 – PLANO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS – CONTEÚDO MÍNIMO

### PLANO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS - CONTEÚDO MÍNIMO

Em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), Lei Federal 12.334/2010, informa-se o que segue:

#### 12. Disponibilização do Plano de Segurança da Barragem (PSB):

O Plano de Segurança da Barragem deve estar disponível e acessível, antes do início da operação da estrutura, para a equipe responsável pela operação e gestão da barragem no local do empreendimento e para o órgão fiscalizador, bem como ser inserido no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB).

#### 13. Responsabilidade Técnica:

O Plano de Segurança da Barragem deve ser elaborado e assinado por responsável técnico com registro no respectivo conselho profissional, bem como incluir manifestação de ciência por parte do empreendedor, no caso de pessoa física, ou do titular do cargo de maior hierarquia na estrutura da pessoa jurídica.

#### 14. Estrutura do Plano de Segurança da Barragem:

O Planos de Segurança da Barragem deve atender aos seguintes requisitos:

#### VOLUME I: INFORMAÇÕES GERAIS

- a) **Identificação do Empreendedor** – incluindo nome, CPF ou CNPJ, tipo de figura jurídica (pessoa física, empresa privada, empresa pública, sociedade de economia, autarquia, administração direta, outros), endereço, e-mail e telefone;
- b) **Caracterização do empreendimento**
  - a. Localização da barragem, incluindo o curso d'água barrado, município, distrito ou bairro e coordenadas geográficas coordenadas e mapa de localização. Além da indicação existência de barramentos a jusante e a montante;
  - b. Histórico da barragem incluindo acidentes, incidentes, obras realizadas e datas das obras incluindo data de construção da barragem;
  - c. Descrição da barragem, sua infraestrutura e estruturas associadas e complementares, incluindo plantas, cotas e ilustrações das estruturas:
    - i. Ficha técnica da barragem;
    - ii. Barragem: Tipo estrutural, tipo de uso, material de construção, altura máxima acima do terreno, cota coroamento, largura coroamento, inclinações dos taludes, caracterização da fundação;
    - iii. Bacia hidrográfica: área, precipitação média, volume fluente médio anual, vazões máximas;
    - iv. Geologia regional: configuração regional da área, potencial sísmico;
    - v. Reservatório: Nível Mínimo Operacional (NMO), Nível Máximo Normal (NMN), Nível Máximo "Maximorum" (NMM), Nível de Máxima Cheia de projeto, capacidade total capacidade útil, área inundada, tempo de esvaziamento, curva cota x área x volume;



- vi. Estruturas extravasoras e de transposição (vertedouro, tomada d'água, descarregador de fundo, sifão e eclusa): localização, curva de descarga, dimensões, tipo de controle, tipo estrutural (frontal, lateral, labirinto etc.), canais de aproximação e restituição, lagura, comprimento, tipo de dissipação;
- vii. Instrumentação: resumo da identificação da instrumentação existente na barragem (piezômetros, medidores de nível do reservatório, medidores de vazão, inclinômetros, marcos de recalque, etc) incluindo plantas de localização e seções instrumentação;
- c) **Indicação da área do entorno das instalações e seus respectivos acessos a serem resguardados de quaisquer usos ou ocupações permanentes;**
- d) **Estrutura organizacional, contatos dos responsáveis e qualificação técnica dos profissionais da equipe de segurança da barragem;**
- e) **Quando for o caso, indicação da entidade responsável pela regra operacional do reservatório;**
- f) **Classificação da barragem quanto à Categoria de Risco e quanto ao Dano Potencial Associado.**

## VOLUME II: DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DO EMPREENDIMENTO

- a) **Projetos básico e/ou executivo;**
- b) **Projeto de "as built";**
- c) **Manuais dos equipamentos;**
- d) **Licenças ambientais, outorgas e demais requerimentos legais;**
- e) **Identificação e dados técnicos das estruturas, das instalações e dos equipamentos de monitoramento da barragem.**

## VOLUME III: PLANOS E PROCEDIMENTOS

- a) **Plano de operação** incluindo a regra operacional dos dispositivos de descarga (tomada d'água, vertedouros, descarregadores de fundo) para:
  - a. Situação normal;
  - b. Situação de cheias regulares e;
  - c. Situação de cheias excepcionais – quando aplicável, a operação dos órgãos extravasores deve estar integrada às ações de resposta às situações de "Alerta" ou "Emergência" definidas no PAE.
- b) **Planejamento das manutenções** – abrangendo a barragem e suas estruturas associadas, incluindo uma programação das:
  - a. Manutenções rotineiras preventivas – apresentando cronograma das atividades;
  - b. Reabilitações – apresentando cronograma das atividades e a classificação de prioridade das intervenções;
  - c. Manutenções nos equipamentos hidráulicos, elétricos e mecânicos – apresentando cronograma de testes destes equipamentos.
- c) **Plano de monitoramento e instrumentação** – contemplando informações sobre:
  - a. Grandezas em monitoramento (nível da água no reservatório, vazões, deslocamentos, poropressões, vazão de percolação, recalques, etc.);
  - b. Instrumentos existentes (projeto de instrumentação original incluindo: tipo, quantidade, localização, ilustrações e desenhos em planta e seção instrumentada);
  - c. Frequência de leituras e metodologias de processamento de dados dos instrumentos;
  - d. Plano de manutenção e calibração dos instrumentos de medição;

- d) **Planejamento das inspeções de segurança da barragem** – contemplando o roteiro e abrangências das inspeções, constituído por sequência formal de aspectos e locais a inspecionar, observando o estado de cada um dos componentes da barragem;

#### **VOLUME IV: REGISTROS E CONTROLES**

- a) **Registros de Operação;**  
b) **Registros da Manutenção;**  
c) **Registros de Monitoramento e Instrumentação;**  
d) **Registros dos testes de equipamentos hidráulicos, elétricos e mecânicos;**  
e) **Relatórios de Inspeções de Segurança de Barragens (ISR), devendo conter:**
- Identificação do representante legal do empreendedor;
  - Identificação do responsável técnico pela elaboração do Relatório e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
  - Ficha de inspeção visual preenchida, englobando todas as estruturas da barragem e a indicação de anomalias;
  - Avaliação e registro, inclusive fotográfico, de todas as anomalias encontradas, avaliando suas causas, desenvolvimento e consequências para a segurança da barragem;
  - Comparação com os resultados da Inspeção de Segurança Regular anterior;
  - Avaliação das condições e dos registros da instrumentação existente;
  - Classificação do NPGb (Normal, Atenção, Alerta ou Emergência);
  - Assinatura do Responsável Técnico (ART) pela elaboração do Relatório;
  - Ciente do representante legal do empreendedor;
  - Avaliação da implementação das recomendações da Inspeção de Segurança Anterior;
  - Recomendações para segurança da barragem, e prazos para sua implementação.
- f) **Relatórios de Inspeções de Segurança Especial, devendo conter:**
- Diagnóstico das anomalias;
  - Análise de causa e efeito das anomalias identificadas;
  - Descrição e análise dos modos potenciais de ruptura identificados;
  - Plano de ações recomendadas para mitigação e controle dos riscos identificados, incluindo o prazo máximo para cumprimento de cada ação;
  - Plano de ações recomendadas para a prevenção de novas ocorrências, incluindo a definição do prazo máximo para cumprimento de cada ação.
  - Plano de ações recomendadas para o início do primeiro enchimento, retomada da operação ou desativação, descaracterização ou descomissionamento da barragem, quando couber, incluindo definição do prazo máximo para cumprimento de cada ação.

#### **VOLUME V - PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA (PAE)**

- 11 **Apresentação e objetivo do PAE** – com comprovação de entrega e recebimento do PAE no próprio local da barragem, no escritório regional do empreendedor, caso exista, bem como em sua sede, nos órgãos de proteção, na SRH e na defesa civil dos municípios inseridos no mapa de inundação ou, na ausência destes, nas respectivas Prefeituras;
- 12 **Identificação e contatos do Empreendedor, do Coordenador do PAE e das entidades constantes do Fluxograma de Notificação;**
- 13 **Descrição geral da barragem e estruturas associadas, incluindo acessos à barragem e características hidrológicas, geológicas e sísmicas, bem como das possíveis situações de emergência** (resumo das informações as informações mais importantes do Volume I adequado às necessidades e usuários do PAE);

- 14 Recursos humanos, materiais e logísticos na barragem para resposta ao pior cenário identificado;
- 15 Classificação das situações de emergência em potencial conforme **Nível de Resposta** – correlacionando com as situações identificadas na barragem;
  - 15.6. Procedimentos para identificação e notificação de mal funcionamento e de prevenção e correção às situações emergenciais;
- 16 Plano de Comunicação, com detalhamento dos procedimentos de notificação (incluindo o Fluxograma de Notificação) e Sistema de Alerta, com alcance mínimo em toda a ZAS;
  - 16.6. Definição dos meios de comunicação empregados;
  - 16.7. Formulários de comunicação;
  - 16.8. Sistema de Notificação e Alerta com nomes dos intervenientes e das organizações com responsabilidades definidas no plano e os respectivos números de telefone, e-mails e recursos alternativos de comunicação;
  - 16.9. Apresentar sistema de notificação e alerta interno (responsáveis pela operação e segurança da barragem) e externo (entidades fiscalizadoras e órgãos de proteção e defesa civil, etc.);
  - 16.10. Indicação no PAE de identificação, localização e descrição sobre avisos sonoros (alerta e advertência), pontos de encontro, rotas de fuga e comunicação visual indicativa e transporte para a(s) população(ções) da Zona de Autossalvamento;
- 17 Responsabilidades no PAE (empreendedor, Coordenador do PAE, equipe técnica e Defesa Civil);
- 18 Síntese do estudo de inundação com os respectivos cenários, mapas e avaliação do risco hidrodinâmico, indicação da ZAS e ZSS, levantamento cadastral e mapeamento atualizado da população existente na ZAS, incluindo a identificação de vulnerabilidades sociais, e pontos vulneráveis potencialmente afetados;
  - 18.6. Apresentação do mapa de inundação identificando os limites das zonas inundáveis, vias, obras de arte, limites administrativos, residências, infraestruturas e demais instalações importantes atingidas pela mancha decorrente da ruptura da barragem;
  - 18.7. Vistoria no local para identificar com precisão o número e a localização de residências e infraestruturas;
  - 18.8. Disponibilização, em anexo, dos dados brutos da modelagem hidrodinâmica de ruptura da hipotética da barragem;
  - 18.9. Sistema de monitoramento da barragem integrado aos procedimentos emergenciais;
  - 18.10. Planejamento de rotas de fuga e pontos de encontro, com a respectiva sinalização;
- 19 Plano de Treinamento e divulgação do PAE, com programação de exercícios simulados periódicos;
- 20 Meios e recursos disponíveis para serem utilizados em situações de emergência em potencial;
- 21 Formulários de declaração de início da emergência, de declaração de encerramento da emergência e de mensagem de notificação;
- 22 Relação das entidades públicas e privadas que receberam cópia do PAE com os respectivos protocolos de recebimento.
- 23 Medidas específicas, em articulação com o poder público, para resgatar atingidos, pessoas e animais, para mitigar impactos ambientais, para assegurar o abastecimento de água potável e para resgatar e salvaguardar o patrimônio cultural.
- 24 Identificação e avaliação dos riscos, com definição das hipóteses e dos cenários possíveis de acidente ou desastre;
- 25 Mapa de inundação, considerado o pior cenário identificado.



**26 Seguir as recomendações técnicas normativas e de boas práticas existentes, como a NBR 17.88/2024, manuais da FEMA, Manuais do Empreendedor da ANA.**

Documento assinado eletronicamente por: RAMON FLAVIO GOMES RODRIGUES em 29/04/2026, às 14:22 RICARDO VERAS PAZ em 29/04/2026, às 14:07 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.  
Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 7996-0D3F-4DA8-0F0C.

## ANEXO I.6 – FICHA TÉCNICA BARRAGEM BOA VISTA DOS PARENTES

### Identificação

Denominação: ..... Barragem Boa Vista dos Parentes  
Município: ..... Quixeramobim / Senador Pompeu  
Localidade: ..... Boa Vista dos Parentes  
Estado: ..... Ceará  
Coordenadas: ..... 9.390.628,812N; 466.927,890E  
Curso d'água barrado: ..... Riacho Boa Vista  
Bacia: ..... Rio Banabuiú  
Proprietário: ..... Governo do Ceará/SRH  
Autor do Projeto: ..... Max Serviços Ambientais

### Bacia Hidrográfica

Área: ..... 58,00 km<sup>2</sup>  
Perímetro: ..... 50,20 km  
Comprimento do rio: ..... 14,40 km  
Cota do talvegue a montante: ..... 311,00 m  
Cota do talvegue a jusante: ..... 172,00 m  
Declividade média do rio: ..... 9,80 m/km

### Características do Reservatório

Área da Bacia Hidráulica ..... 84,07 ha  
Volume de Acumulação (soleira 178,00m): ..... 5,14 hm<sup>3</sup>  
Volume morto: ..... 0,10 hm<sup>3</sup>  
Volume útil: ..... 5,04 hm<sup>3</sup>  
Vazão Afluente Anual: ..... 3,08 hm<sup>3</sup>  
Vazão afluente máx. de projeto (TR=1.000 anos): ..... 355,50 m<sup>3</sup>/s  
Vazão máxima de projeto amortecida (TR=1.000 anos): ..... 221,90 m<sup>3</sup>/s  
Vazão afluente máx. de projeto de verificação (TR=10.000 anos): ..... 468,80 m<sup>3</sup>/s  
Vazão máxima de verificação amortecida (TR=10.000 anos): ..... 303,20 m<sup>3</sup>/s  
Vazão regularizada ..... 25,46 L/s  
Nível d'água máximo maximorum (TR=1.000 anos): ..... 179,80 m  
Nível d'água máximo maximorum (TR=10.000 anos): ..... 180,20 m

### Barragem

Tipo: ..... Terra Heterogênea  
Altura máxima acima das fundações: ..... 20,34 m  
Largura do coroamento: ..... 5,90 m  
Extensão pelo coroamento: ..... 235,80 m  
Revanche: ..... 4,50 m

Cota do coroamento : ..... 182,50 m  
Talude de montante: ..... 2,5 H:1,0 V  
Talude de jusante: ..... 2,0 H: 1,0 V

#### **Vertedouro**

Tipo: ..... Soleira Espessa Escavado em Rocha  
Localização (eixo da barragem): ..... Ombreira direita  
Cota da soleira: ..... 178,00 m  
Largura do vertedouro: ..... 60,00 m  
Lâmina máxima vertente (TR = 1.000 anos): ..... 2,80 m  
Descarga de projeto (TR = 1.000 anos): ..... 221,90 m³/s  
Lâmina máxima vertente (TR = 10.000 anos): ..... 3,20 m  
Descarga de projeto (TR = 10.000 anos): ..... 302,20 m³/s

#### **Tomada D'água**

Tipo: ..... Galeria  
Localização (eixo da barragem): ..... Ombreira Direita  
Vazão regularizada: ..... 25,46 L/s  
Número de condutos: ..... 2 un  
Diâmetro da tubulação: ..... 250 mm



**ANEXO II – CARTA PROPOSTA**

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: **Concorrência Eletrônica nº 20260002 – SRH**

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

**1. Identificação do licitante:**

Razão Social:

CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:

Endereço completo:

Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):

Telefone, celular, fax, e-mail:

**2. Condições Gerais da Proposta:**

A presente proposta é válida por \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, contados da data de sua emissão.

O objeto contratual terá garantia de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_.

**3. Formação do Preço**

GRUPO/ITEM _____					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

**ANEXO II – CARTA PROPOSTA**

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: **Concorrência Eletrônica nº 20260002 - SRH**

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

**1. Identificação do licitante:**

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

**2. Condições Gerais da Proposta:**

- A presente proposta é válida por \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, contados da data de sua emissão.

**3. Formação do Preço**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO C/ BDI/ (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

### ANEXO III – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

A Proposta Técnica será avaliada e pontuada de acordo com os seguintes critérios objetivos, para os quais a Nota Técnica obtida será de até 100 pontos:

**Quadro 1 – Critérios de pontuação**

Item	Critério	Quant. Máx.	Pontuação p/ Atestado	Pontuação Total
(a)	<b>Experiência específica relevante da Empresa em relação a tarefa</b>			<b>50</b>
a.i	Tipo 1: serviços de supervisão/fiscalização de barragens de terra/mista/concreto, com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm³	5	5	25
a.ii	Tipo II: Elaboração de projetos de barragens de terra/mista/concreto, com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm³	5	5	25
(b)	<b>Qualificações e Competência dos profissionais essenciais para a tarefa (Equipe Chave):</b>			<b>30</b>
b.i	Engenheiro Sênior (Coordenador) - Comprovação do profissional com tempo de formado igual ou superior a 15 anos, que comprove experiência através de CAT com atestado, sua participação em contratos de Supervisão/Fiscalização de Barragens de terra/mista/concreto com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm³	5	2,5	12,5
	Titulação: Doutorado / Mestrado			5
b.ii	Consultor Especial – Sênior – Comprovação do profissional com tempo de formado igual ou superior a 15 anos, que comprove experiência através de CAT com atestado, sua participação em contratos de Supervisão/Fiscalização de Barragens de terra/mista/concreto com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm³	3	2,5	7,5
	Titulação: Doutorado / Mestrado			5
(c)	<b>Enfoque Técnico</b>			<b>20</b>
c.i	Metodologia			20
<b>Total de Pontos</b>				<b>100</b>



## ANEXO IV – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

A Nota da Proposta Técnica mínima (NPT) requerida para se qualificar é 70 pontos. A licitante que zerar a totalidade de qualquer dos critérios (a), (b) e (c) será desclassificada. A metodologia de pontuação será a seguinte:

### (a) Experiência específica relevante da Empresa Consultora em relação a tarefa.

Será avaliada a experiência anterior da Empresa Consultora na execução dos seguintes tipos de serviços de consultoria, os quais estão relacionados de acordo com a ordem de relevância com que serão considerados, em contratos, comprovados através de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitidos por pessoa física ou jurídica, reconhecidos pelo CREA ou CAU onde conste seu nome como Contratada, sob sua responsabilidade:

**Tipo I:** serviços de supervisão/fiscalização de barragens de terra/mista/concreto, com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm<sup>3</sup>:

- 05 (cinco) pontos por contrato, máximo de 25 (vinte e cinco) pontos.

**Tipo II:** Elaboração de projetos de barragens de terra/mista/concreto, com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm<sup>3</sup>:

- 05 (cinco) pontos por contrato, máximo de 25 (vinte e cinco) pontos.

### (b) Qualificações e Competência dos profissionais essenciais para a tarefa (Equipe Chave):

(b.i) Engenheiro Sênior (Coordenador) - Comprovação do profissional com tempo de formado igual ou superior a 15 anos, que comprove experiência através de CAT com atestado, sua participação em contratos de Supervisão de Barragens de terra/mista/concreto com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm<sup>3</sup>:

- 2,5 (dois vírgula cinco) pontos por contrato, máximo de 12,5 (doze vírgula cinco) pontos;

- Titulação: Mestrado/Doutorado, 05 (cinco) pontos.

(b.ii) Consultor Especial – Sênior – Comprovação do profissional com tempo de formado igual ou superior a 15 anos, que comprove experiência através de CAT com atestado, sua participação em contratos de Supervisão de Barragens de terra/mista/concreto com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro, com capacidade mínima de 2,5 hm<sup>3</sup>.

- 2,5 (dois vírgula cinco) pontos por contrato, máximo de 7,5 (sete vírgula cinco) pontos;

- Titulação: Mestrado/Doutorado, 05 (cinco) pontos.

### (c) Enfoque Técnico

(c.i) Metodologia

Para o julgamento da METODOLOGIA, será obedecido os seguintes critérios a seguir:

Ótimo 100% do quesito (20 pontos): Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente, além de atender integralmente às condições estabelecidas no Termo de Referência, apresentou proposições técnicas adicionais e demonstravelmente superiores ao mínimo exigido, evidenciando domínio aprofundado dos aspectos específicos da supervisão de barragens de terra/mista/concreto com estruturas do tipo tomada d'água galeria e sangradouro. Para enquadramento neste conceito, a proposta deverá conter, cumulativamente: (i) metodologia de supervisão com detalhamento das rotinas de inspeção, instrumentação e monitoramento além do previsto no TR; (ii) protocolos próprios de atuação para cenários de anomalia, alerta e emergência referenciados às normas aplicáveis (SNISB, Resolução ANA nº 236/2021 e Plano de Segurança da Barragem); (iii) proposta de indicadores de desempenho mensuráveis para acompanhamento da execução contratual; e (iv) organograma funcional com definição clara de responsabilidades e fluxos de decisão da equipe técnica. A nota máxima pressupõe que as proposições adicionais sejam tecnicamente fundamentadas e coerentes com as características da Barragem Boa Vista dos Parentes, não sendo suficiente a mera declaração de intenções;

Bom 70% do quesito (14 pontos): Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente atendeu integralmente às condições estabelecidas no Termo de Referência e apresentou, de forma estruturada, ao menos um dos elementos adicionais listados no conceito Ótimo, demonstrando capacidade técnica superior ao mínimo exigido em ao menos um aspecto relevante da supervisão — seja na metodologia de inspeção, no tratamento de eventos críticos, no monitoramento ou na gestão da equipe —, sem, contudo, contemplar o conjunto completo de requisitos do nível Ótimo;

Regular 50% do quesito (10 pontos): Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente atendeu integralmente às condições mínimas estabelecidas no Termo de Referência, sem apresentar proposições adicionais ou diferenciais em relação ao exigido. O enquadramento neste conceito indica que a proposta é tecnicamente aceitável e suficiente para a execução dos serviços, porém limitada ao escopo mínimo requerido, sem evidências de abordagem metodológica que supere as expectativas do contratante;

Insuficiente 0% do quesito (0 pontos): Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proposta apresentou lacunas, erros técnicos ou omissões que comprometam a compreensão da metodologia proposta ou a adequação dos serviços ao objeto licitado, ainda que não impliquem desclassificação da proponente. Enquadram-se neste conceito exemplificativamente: ausência de detalhamento mínimo sobre os procedimentos de supervisão, incompatibilidade entre a metodologia descrita e as características técnicas da barragem objeto do

contrato; ou inconsistências internas na proposta que gerem dúvida sobre a capacidade de execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade requeridos.

Documento assinado eletronicamente por: RAMON FLAVIO GOMES RODRIGUES em 29/04/2026, às 14:22 RICARDO VERAS PAZ em 29/04/2026, às 14:07 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.  
Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 7996-0D3F-4DA8-0F0C.



## ANEXO V – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

A Nota da Proposta Técnica (NPT) será obtida a partir da soma das notas dos itens “(a)”, “(b)” e “(c)”.

O cálculo da Nota da Proposta de Preço (NPP) de cada proponente observará a fórmula a seguir:

$$NPP = 100 * (x1 / x2)$$

Onde:

NPP = Nota da Proposta de Preços de cada proponente;

x1 = Menor valor global proposto entre os licitantes classificados;

x2 = Valor global proposto pelo licitante classificado.

O cálculo da Nota Final dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das avaliações das propostas de técnica e de preço, conforme apresentado a seguir:

$$NF = (70\% * NPT) + (30\% * NPP)$$

Onde:

NF = Nota Final;

NPT = Nota da Proposta Técnica;

NPP = Nota da Proposta de Preços.

Após a análise das propostas de todos os licitantes, essas serão classificadas em ordem decrescente.

Observado o disposto, o licitante classificado em primeiro lugar será o que atingir a MAIOR Nota Final.

**ANEXO VI – MODELO DO TERMO DE ATESTADO DE VISTORIA**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20260002 - SRH**

**PROCESSO Nº 29001.000510/2026-04**

*(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)*

Eu, \_\_\_\_\_ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa \_\_\_\_\_, DECLARO, para os devidos fins, que visitei os locais e as condições onde serão executados os serviços de \_\_\_\_\_, tendo tomado conhecimento de todas as peculiaridades e características dos serviços, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo.

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório nº \_\_\_\_\_ do(a) \_\_\_\_\_ (unidade contratante), sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

Local e data,

**NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)**

*(assinatura e carimbo constando RG ou CPF)*

**NOME (RESPONSÁVEL DA UNIDADE CONTRATANTE)**

*(assinatura e carimbo constando o nome)*

Documento assinado eletronicamente por: RAMON FLAVIO GOMES RODRIGUES em 29/04/2026, às 14:22 RICARDO VIEIRA em 29/04/2026, às 14:07 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.  
Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 7996-0D3F-4DA8-0F0C.

**ANEXO VII – MODELO DO TERMO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20260002 - SRH**

**PROCESSO Nº 29001.001716/2025-62**

*(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)*

Eu, \_\_\_\_\_ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa \_\_\_\_\_, DECLARO, para os devidos fins, que opto pela não realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços de \_\_\_\_\_.  
DECLARO ainda que, tenho conhecimento de todas as peculiaridades e características dos serviços, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo, assumo inteiramente a responsabilidade ou consequências que, por ventura decorram desta omissão.

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório nº \_\_\_\_\_ do(a) \_\_\_\_\_ (unidade contratante), sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

Local e data,

**NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)**

**(assinatura e carimbo constando RG ou CPF)**

Documento assinado eletronicamente por: RAMON FLAVIO GOMES RODRIGUES em 29/04/2026, às 14:07 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

Para conferir, acesse o site <https://suíte.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 7996-0D3F-4DA8-0F0C.



### ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº \_\_\_\_ / 20\_\_ –

Processo nº 29001.000510/2026-04

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
(O)A \_\_\_\_\_ E (O) A \_\_\_\_\_, ABAIXO  
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O(A \_\_\_\_\_, situada(o) na \_\_\_\_\_, inscrita(o) no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo \_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na \_\_\_\_\_, e a \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Fone: \_\_\_\_\_, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo \_\_\_\_\_, (nacionalidade) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na \_\_\_\_\_, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento a **Concorrência Eletrônica nº 20260002-SRH**, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos da Concorrência Eletrônica nº 20260002-SRH, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços de supervisão das obras da Barragem Boa Vista dos Parentes, no município de Senador Pompeu - Ce, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 18 (dezoito) meses, contado da publicação no Diário Oficial do Estado - DOE, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

4.2. O prazo de execução é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da ordem de serviço ou instrumento equivalente.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço global.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 6.1 Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO**

7.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO**

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este instrumento de contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços, datado de 07.04.2026.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice Serviços de Consultoria, COLUNA 39, constante da revista "CONJUNTURA ECONÔMICA", EDITADA PELA Fundação Getúlio Vargas, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.1. No cálculo de reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

$$R = V.(I_i - I_o)/I_o$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sub>i</sub> = Índice correspondente ao mês do reajuste;

I<sub>o</sub> = Índice inicial correspondente ao mês da elaboração da Proposta.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Edital, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aqueles em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas,



11.7. Caso as PARTES necessitem subcontratar atividades relacionadas ao contrato em que haja tratamento dos dados, deverão exigir a vinculação do SUBCONTRATADO (suboperador) aos critérios definidos neste instrumento, fazendo-o assinar um termo de adesão ao presente contrato.

11.7.1. O CONTRATANTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação (suboperadores) firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.7.2. Em caso de subcontratação, o CONTRATADO e o SUBCONTRATADO responderão em regime de solidariedade por eventuais danos causados aos titulares, o CONTRATANTE e a terceiros, em virtude de qualquer conduta comissiva ou omissiva inerente ao tratamento dos dados.

11.7.3. O CONTRATADO deverá assegurar que o subcontratado oferecerá o mesmo nível de segurança dos dados, produzindo e guardando evidências disso;

11.8. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.8.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.8.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.8.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.9. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.9.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;

c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.10. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.11. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.12. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.13. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opinião técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Será exigida garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### **13.2.4. Multa:**

13.2.4.1. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.3. Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente até o limite do percentual fixado na alínea "e", hipótese que pode resultar na rescisão da avença. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

13.2.4.3.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.4.4. Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.

13.2.4.5. Multa Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.6.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

13.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.



13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicado para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes na garantia contratual, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I- Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.

II- Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Na hipótese do inciso II aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VII do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme o caso:

15.1.1. Gestão/Unidade: 29100005;

15.1.2. Fonte de Recursos: 00;

15.1.3. Programa de Trabalho: 342;

15.1.4. Elemento de Despesa: 449039.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

19.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

19.2. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

19.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)  
CONTRATANTE

(nome do representante)  
CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

RG:

CPF:

(nome da testemunha 2)

RG:

CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)